

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E OS PROBLEMAS DECORRENTES DA FALTA DE TIPIFICAÇÃO CRIMINAL¹

Heloisa Nathaly Braga da Cruz

Resumo

O presente trabalho visou demonstrar os problemas que a falta de tipificação da violência obstétrica acarreta. Para tanto, foi inicialmente abordado o que é a violência obstétrica, na tentativa de se entender o conceito de tal agressão de quais formas e em que momentos ela ocorre. Superado o entendimento sobre o que é considerado violência obstétrica, foi realizada uma análise histórica dessa forma de violência, na qual se constata que a cultura patriarcal propiciou seu surgimento baseada em questões de gênero. Nesse contexto, a mulher é vista como um objeto na questão gerir/parir. Em seguida analisou-se o desconhecimento da mulher acerca da violência obstétrica. Observou-se que, por falta de conhecimento, muitas mulheres são submetidas a procedimentos caracterizados como formas de violência obstétrica. Por fim, para que se demonstre a necessidade da tipificação da violência obstétrica, foram analisados os dados estatísticos que demonstram grande incidência desses casos. Ainda, foram apontados os problemas que as mulheres encontram pela insegurança jurídica de não haver legislação federal que regule esta forma da violência. Sendo assim, por fim, analisa-se a necessidade da criação de uma lei a nível federal que tipifique a violência obstétrica a fim de torná-la um ilícito punível com previsão no Código Penal.

Palavras-chave: violência obstétrica; tipificação; violência de gênero.

SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS: O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO NO BRASIL E SEUS ESTEROTIÓTIPOS

Karina Moleta Bicheri Affonso

Resumo

O condão de demonstração deste trabalho é expor e deixar evidente a real situação do sistema carcerário feminino trazendo seu contexto histórico e elencando a divisão no sistema penal e suas particularidades. Pontuando suas principais deficiências e mazelas, sofrimentos e dilemas das mulheres estereotipadas por uma sociedade machista e patriarcal. Não obstante, serão abordados de forma singular e direta pontos relevantes da justiça criminal e a violação do sistema carcerário.

Palavras-chave: sistema carcerário feminino; desigualdade de gênero; violação do sistema prisional.

SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL: LEGITIMAÇÃO E OMISSÃO DO ESTADO CURITIBA 2023

¹ Resumos de trabalhos de conclusão de curso - Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

Resumo

O presente artigo tem como finalidade estudar a seletividade penal, apontando as formas com que o Estado legitima as condutas e orientações seletivas, tornando-o, neste processo, um ente omissivo. O Poder Judiciário possui a finalidade de defender os direitos de pessoa física, jurídica, animal ou ambiental e deve promover a justiça utilizando o filtro constitucional. Porém, este, adere ao populismo punitivo, e a partir desta percepção e compreensão do problema, tem-se a evidente omissão do sistema penal e a clara operação de forma seletiva e racista das agências punitivas. O artigo será desenvolvido por meio do método dedutivo, em que se parte de uma análise geral para a particular, chegando a uma conclusão lógica. Por sua vez, a técnica de pesquisa é indireta e direta, utilizando-se a revisão bibliográfica a partir de livros, análise e levantamento de dados. Estudos demonstram que o sistema prisional brasileiro se tornou um “aspirador social”, devido à política de repressão e de criminalização à pobreza, e assim, verifica-se um sistema penal com a finalidade de controle social, controle que se encontra enraizado em questões sociais, culturais e históricas.

Palavras-chave: seletividade penal; sistema penal; criminalização.

A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: AMEAÇA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA MULHER E O IMPACTO NA SOCIEDADE

Letícia Biscaia da Silva

Resumo

A criminalização do aborto é um tema controverso e polêmico em todo o mundo. Em muitos países, o aborto é proibido e considerado crime, o que coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade e ameaça seus direitos fundamentais, especialmente o direito à vida, à saúde e à autonomia reprodutiva. O objetivo da pesquisa é analisar as consequências da criminalização do aborto para as mulheres e para a sociedade como um todo. Para isso, foram utilizados métodos bibliográficos e documentais para revisar a literatura existente e os dados disponíveis sobre o tema. Os resultados mostraram que a criminalização do aborto tem um impacto significativo na saúde das mulheres, pois muitas delas recorrem a métodos inseguros e clandestinos para interromper a gravidez, o que aumenta o risco de morte e de sequelas permanentes. Além disso, a criminalização do aborto restringe a autonomia reprodutiva das mulheres, pois as impede de tomar decisões informadas sobre seu próprio corpo e sua vida. Por fim, a pesquisa conclui que a criminalização do aborto não apenas viola os direitos fundamentais das mulheres, mas também gera um impacto negativo em toda a sociedade, pois contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero e da exclusão social.

Palavras-chave: aborto; criminalização; direitos fundamentais; saúde reprodutiva.

A LEI DO STALKING E A IMPORTÂNCIA DESTA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Manuela Haber

Resumo

O presente artigo, tem a função de demonstrar a tipificação da lei nº 14.132/2021 e a sua importância, nos casos de violência doméstica. O estudo foi iniciado com a criminalização da lei de perseguição, a partir da inserção do artigo 147-A no Código Penal, o que tipificou assim o crime de *stalking* trazendo tanto o espaço físico com o intuito de proteger a saúde psicológica da vítima, quanto o virtual com o *cyberstalking*, pois como se sabe as redes sociais está ao alcance de todos, inclusive do perseguidor. Dessa forma, destaca-se a importância dessa lei no caso de violência doméstica, ao qual o estudo buscou trazer casos concretos e reais, e como a efetivação da lei do *stalking* se tornou fundamental, para as denúncias de suas vítimas. Nesse sentido busca-se uma maior proteção aos direitos das mulheres, sendo a mesma utilizada juntamente com a Lei Maria da Penha.

Palavras-chave: *stalking*; violência doméstica; Lei Maria da Penha.

SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO: DIREITO DAS GESTANTES, PARTURIENTES E MÃES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Thais Schimerski da Silva

Resumo

O presente trabalho tem como tema central a temática do Sistema Carcerário Feminino sob a ótica dos direitos das gestantes em situação de privação de liberdade, dessa forma seu objetivo geral é analisar as características do cárcere feminino e quais as consequências geradas as gestantes encarceradas. Já em relação aos objetivos específicos, são eles: (1) identificar os problemas enfrentados pelas gestantes no sistema carcerário; (2) analisar as consequências da privação de liberdade da gestante; (3) delimitar o perfil da mulher encarcerada e (4) pesquisar o cárcere e a maternidade. A justificativa para escolha do tema relaciona-se com a necessidade de compreender a realidade da privação de liberdade das mulheres, principalmente das grávidas e mães, pois as mulheres encarceradas sofrem diversos traumas e problemas psicológicos devido ao tratamento desumano o qual são submetidas. O método a ser utilizado para a abordagem do tema será o hipotético indutivo, além disso a pesquisa será embasada a partir de revisões bibliográficas, artigos científicos, leis e análises em campo, por fim a pesquisa será descritiva.

Palavras-chave: cárcere; mulheres encarceradas; violação de direitos.

O PAPEL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA COMO TUTELA JURÍDICA DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA

Arthur de Paula Trindade

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de analisar a efetividade da tutela jurídica do direito à moradia com foco no Programa Minha Casa Minha Vida a fim de verificar se este, cumpre seu papel de Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

garantir a moradia digna para a população hipossuficiente, identificando os avanços e desafios existentes para a implementação de políticas públicas referentes a habitação atreladas a tratados e pactos internacionais dos quais o país é signatário. O direito à moradia é uma garantia legal assegurada pelo artigo 6º da Constituição Federal como um dos direitos sociais elencados bem como no art. 23, IX, segundo o qual cabe ao Estado “Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”. Diante disso, será investigado se o programa contribui de maneira eficaz para a efetivação desse direito, contribuindo para a mitigação da vulnerabilidade social e da exclusão de grupos de baixa renda. Para atingir o objetivo, o método de pesquisa utilizado foi o hipotético dedutivo, partindo-se do problema que consiste em averiguar se o Programa Minha Casa Minha Vida contribui de maneira eficaz para a efetivação do direito à moradia. O artigo é fundamentado a partir da revisão bibliográfica qualitativa com o uso de periódicos e livros, além da análise de documentos e legislação. Através da metodologia empregada, demonstrar-se-á que o Programa Minha Casa Minha Vida contribui para a melhoria de vida da população hipossuficiente ainda haja lacunas a serem preenchidas e correções a fazer.

Palavras-chave: direito à moradia adequada; Minha Casa Minha Vida; desigualdade social; programas habitacionais.

O USO DO VISUAL LAW NOS CONTRATOS CURITIBA

Francisco Tadeu Ogura

Resumo

O *visual law* é um ramo do legal design, um campo de estudo que visa introduzir conceitos do design na prática jurídica, que se encontra atualmente em crescente uso. O objetivo geral do trabalho é compreender os benefícios do uso do *visual law* nos contratos. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, em que o procedimento da revisão bibliográfica com abordagem qualitativa foi utilizado. Foram consultados artigos científicos, dissertações e teses encontrados em repositórios digitais, como Scielo, CAPES e Google Scholar. Um contrato baseado em *visual law* pode oferecer uma melhor experiência ao leitor, que poderá compreender o conteúdo do contrato, seus direitos e as implicações jurídicas dos atos das partes, de forma melhor, conferindo melhor acesso à informação e embasando melhor suas decisões.

Palavras-chave: *visual law*; legal design; contratos; contratualização; histórico da contratualização; *legal design*.

O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Gilson Vieira Lira

Resumo

O presente artigo irá analisar o direito real de habitação do cônjuge supérstite, partindo dos elementos conceituais do instituto, surgimento no Brasil, evoluções e mudanças legislativas, e sobretudo, sua importância prática no âmbito dos direitos reais e das relações sucessórias. Desse Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

modo, o estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica qualitativa e quantitativa, sendo definido o período de 2003 a 2022, por ocasião da vigência do novo Código Civil Brasileiro. Para tanto, será utilizada a plataforma de pesquisa de jurisprudência do STJ, sendo usadas as seguintes palavras-chaves: “direito real”, “habitação” e “cônjuge supérstite”. Por conseguinte, mostrará o entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto a controvérsia entre a concessão do direito real de habitação e a fixação de aluguel em favor dos herdeiros, as implicações da existência de outro imóvel residencial de propriedade do consorte sobrevivente, e finalmente, o direito de propriedade dos filhos exclusivos do de cujus e dos coproprietários do imóvel antes da abertura da sucessão.

Palavras-chave: habitação; cônjuge supérstite; Superior Tribunal de Justiça.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL COMO RESULTADO DA RELAÇÃO NARCISISTA

Gilson Vieira Lira

Resumo

O presente estudo tem como objetivo examinar as relações narcisistas e seu impacto no âmbito patrimonial contra a mulher e contra qualquer um que se defina como tal, visto que comumente as violências são cometidas por indivíduos de seu convívio na constância das relações socioafetivas. O art. 5º da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, define violência patrimonial como qualquer omissão ou ação que acarrete dano patrimonial para a mulher, além disso, considera como afetivas as relações sociais formadas: por laços familiares naturais, de afinidade ou por vontade expressa; independentemente de coabitação ou orientação sexual; e, nos casos em que não existam laços familiares entre as pessoas que moram na mesma casa, sendo o convívio esporádico ou não, ou, ainda, tenha deixado de existir anteriormente. Como metodologia, foi empregado o método bibliográfico, com análise qualitativa, quantitativa e hermenêutica das informações encontradas nas diversas fontes consultadas: doutrinas, jurisprudências, leis, sites especializados, entre outras. Para fins de organização, a discussão foi dividida em três etapas: o desenvolvimento do direito patrimonial da mulher; as relações socioafetivas e o patrimônio da mulher no ordenamento jurídico brasileiro; e as ações e as políticas do Estado brasileiro na prevenção e no combate à violência patrimonial contra a mulher.

Palavras-chave: mulher; violência patrimonial; relações narcisistas; recuperação das vítimas; Lei Maria da Penha; intervenção psiquiátrica; tratamento das vítimas.

CONTRATO DE NAMORO E O ORDENAMENTO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO

Luciana Widack

Resumo

Este artigo científico analisa a natureza jurídica do contrato de namoro e sua relevância no cenário brasileiro atual. O contrato de namoro tem ganhado destaque no ordenamento jurídico contemporâneo como uma ferramenta para regulamentar relações afetivas. Trata-se de um acordo privado celebrado entre duas pessoas que desejam estabelecer os termos e as condições
Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221,
2024 205

de sua relação amorosa, definindo seus direitos e suas obrigações no relacionamento. Além disso, possui caráter preventivo diante de situações futuras que possam efetivamente gerar algum tipo de dúvida ou conflito entre as partes, e pode ser utilizado como instrumento de prova em casos de disputas ou litígios futuros para descaracterização de união estável. Este artigo também discute as principais questões jurídicas relacionadas ao contrato de namoro, incluindo sua validade, suas limitações e a possibilidade de reconhecimento judicial. Também, aborda os aspectos culturais e sociais que influenciam a adoção e o uso do contrato de namoro. As análises e as discussões realizadas indicaram que o contrato de namoro representa uma tentativa de adaptação do ordenamento jurídico às novas formas de relacionamento, proporcionando maior autonomia e segurança jurídica para as partes envolvidas. No entanto, sua eficácia e aceitação no âmbito jurídico ainda são temas em desenvolvimento, demandando uma análise mais aprofundada e o debate no campo do direito a respeito das relações afetivas e obrigacionais.

Palavras-chave: contrato de namoro; união estável; acordo privado.

OS EFEITOS JURÍDICOS NA MATERNIDADE SOLO: UM ESTUDO DE CASO DAS MULHERES DA COMUNIDADE DO REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA NO ESTADO DE RONDÔNIA

Priscila de Jesus da Silva

Resumo

Este artigo tem como objeto de estudo os efeitos jurídicos na Maternidade solo. Atualmente, conforme os dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem cerca de mais de 11 milhões de mães solas no Brasil, sendo que grandes partes delas vivem em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade jurídica informacional, vivenciada pelas mães solo, contribui ainda mais para que grandes parcelas dessas crianças cresçam sem as contribuições basilares, as quais vão desde a ausência do nome paterno no Registro de nascimento aos valores mínimos da pensão alimentícia exigida por lei.

Palavras-chave: direito das famílias; maternidade solo; políticas públicas; Real Forte Príncipe da Beira.

ABANDONO AFETIVO: UMA ABORDAGEM SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS

Tiago Dal Bianco Garibaldi

Resumo

A família é a primeira e forma natural de organização do homem, o primeiro local para o desenvolvimento das relações de afeto e de preparação para a vida em sociedade. Aos pais cabe o dever de educar, mas também é destes que se espera atos de amor, de zelo e proteção. O presente artigo teve como objetivo geral analisar a problematização do abandono afetivo dos pais para com seus filhos, tendo em vista que as pessoas que passam por um processo de omissão afetiva sofrem vários danos quando da ausência da participação dos seus pais no seu crescimento. Indagou-se nesta pesquisa, quais as consequências civis para os pais diante de uma Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

omissão afetiva? O presente artigo é de natureza predominantemente bibliográfica. Tal como se emprega uma abordagem eminentemente qualitativa, utilizando-se, para a concretização do presente artigo, em suma, do método hipotético-dedutivo, bem como ainda dos métodos auxiliares - comparativo e histórico. A convivência familiar é uma garantia fundamental do indivíduo e deve ser observada pelo Estado e Sociedade. Além disso, aqueles que passam por uma situação de abandono afetivo podem desenvolver uma série de transtornos psicológicos e sociais.

Palavras-chave: família; abandono afetivo; dano moral.

DIREITO DE ARREPENDIMENTO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO E O METAVERSO

Jiovane Peixoto

Resumo

O direito de arrependimento, consagrado no art. 49 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), possibilita a devolução de produtos e de serviços contratados fora do estabelecimento comercial no prazo de sete dias. Por outro lado, o metaverso proporciona uma experiência de imersão, na qual o mundo virtual e o mundo real se misturam, influenciando a percepção sensorial em relação aos objetos e aos serviços ofertados, bem como a interação entre consumidores e fornecedores. Por meio do uso, surgem zonas cinzentas (situações que necessitam ser adequadamente interpretadas sob a perspectiva do direito do arrependimento) ainda não trazidas à luz da norma consumerista que precisam ser regulamentadas. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar a possibilidade de aplicação do CDC nas relações consumeristas realizadas no âmbito do metaverso. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória do tipo bibliográfica, com método hipotético-dedutivo de abordagem qualitativa. Os descritores utilizados foram metaverso, Código de Defesa do Consumidor, relações de consumo e regulação. Os resultados indicaram que o direito de arrependimento pode ter sua aplicabilidade afastada nas constatações de metaverso, desde que os meios de contratação disponibilizados no ambiente do metaverso proporcionem ao consumidor ampla informação, ao ponto de este ter autonomia para exercer uma decisão consciente e informada.

Palavras-chave: metaverso; Código de Defesa do Consumidor; relações de consumo; direito de arrependimento.

A TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA NOS RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE POR DECISÃO JUDICIAL

Jose Henrique Nicolli Soares

Resumo

Este trabalho tem por objetivo expor o tratamento dado pela doutrina, legislação e jurisprudência à tributação do imposto de renda da pessoa física sobre os rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) relativos a anos anteriores ao de seu recebimento. O método de trabalho utilizado foi o indutivo, tendo como base a pesquisa da doutrina, da legislação *latu* Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

sensu e da jurisprudência, que permitiram a identificação de categorias básicas essenciais à compreensão do tema, a construção do histórico legislativo e jurisprudencial do instituto RRA, e a visão de se trata na atualidade de instituto com estabilidade na forma de tributação, no que pesem passado turbulento entre a visão da administração tributária e da jurisprudência e algumas questões menores ainda pendentes. A despeito da estabilidade na forma de tributação especialmente a partir de 2015, verifica-se a existência de um passivo de processos judiciais que ainda discute o regime de tributação aplicável em casos concretos de recebimentos anteriores a 2015.

Palavras-chave: rendimentos recebidos acumuladamente; regime de caixa; regime de competência; Princípio da Capacidade Contributiva; Princípio da Isonomia.

ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E O DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO

Luiz Antonio Polli

Resumo

O presente artigo tem como objetivo identificar se o atual sistema de rotulagem dos produtos geneticamente modificados oferece informações claras, precisas e adequadas, conforme exigido pelo Código de Defesa do Consumidor, a fim de que o direito à informação, saúde, segurança e liberdade de escolha dos consumidores seja respeitado. Para tanto, utilizou-se a metodologia hipotético-dedutiva, originando-se do problema, que é a inexistência de informações necessárias disponíveis à classe consumerista. A pesquisa embasou-se em revisões bibliográficas qualitativas, como a consulta em periódicos especializados, livros científicos, legislação, jurisprudência e estudo de caso. O resultado que se obteve é que o símbolo — formado por um triângulo amarelo, com uma letra “T” no centro — utilizado para identificar os alimentos transgênicos, não é suficiente para garantir o direito à informação precisa e adequada aos consumidores, bem como esclarecer sobre ser um alimento transgênico. Portanto, concluiu-se que a rotulagem dos alimentos geneticamente modificados é ineficaz para a garantia do direito à informação dos consumidores, devendo haver mudanças significativas em sua forma de rotulagem para que contenha informações e características precisas e claras, que possam ser entendidas por aqueles que consomem esse tipo de produto, especialmente em relação à saúde humana, tendo em vista que diversos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) contam com a gene de outro produto potencialmente alérgico a determinadas pessoas.

Palavras-chave: alimento transgênico; direito à informação; consumidor.

LEI DE DIREITOS AUTORAIS E O USO DE DOCUMENTOS EMPRESARIAIS EM PESQUISAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Priscila Pugsley Grahl de Miranda

Resumo

Este artigo visa orientar estudiosos que pretendem fazer pesquisas com fontes de arquivos empresariais e estão preocupados com os Direitos Autorais envolvidos. Está dividido em dois Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

208

momentos. A primeira parte traz conceitos envolvidos com o Direito Autoral, como as exceções e limitações, o domínio público e a Regra dos Três Passos. Num segundo momento, trabalha com um caso prático, a lista de documentos de Moisés Lupion disponível no Arquivo Público do Paraná. Para cada grupo de documentos será apresentado o ponto de vista do Direito Autoral trazendo informações de como utilizá-los em pesquisas.

Palavras-chave: Direito Autoral; arquivos públicos; fontes históricas.

PLURALISMO JURÍDICO: O CASO DAS MARCAS NO METAVERSO

Regina Claudia Cruz Prestes

Resumo

Embora seja conhecido no âmbito dos jogos virtuais, o metaverso vem ganhando força como um novo espaço para a realização de negócios dos mais variados tipos de produtos e de serviços. De olho nesse novo modelo de negócios, os titulares de certas marcas estão em uma espécie de corrida em busca de garantir espaço no metaverso. Uma das grandes questões que norteiam toda essa movimentação é como se dará a proteção marcária nesse espaço que afronta alguns dos pilares mais importantes do direito marcário. Isso porque o metaverso é um ambiente virtual descentralizado, livre de barreiras territoriais e com especialidades mais inovadoras do que se poderia imaginar. Diante desse cenário, resta o entendimento de que o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS), principal norma de regulamentação internacional do direito marcário e da liberdade concorrencial, estabelecido em 1994, não poderia prever tamanha evolução tecnológica e, portanto, não dispõe das ferramentas necessárias para abarcar as peculiaridades das negociações no metaverso. Assim, abre-se espaço para o pluralismo jurídico como possibilidade de resolução de conflitos até que o direito possa se estruturar, com base na realidade dos fatos, para elaborar novas leis a fim de conferir segurança jurídica à atuação das marcas no metaverso.

Palavras-chave: metaverso; proteção das marcas; pluralismo jurídico.

AS CIFRAS OCULTAS NOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Maria Gabrielly Frank Knoblack

Resumo

No âmbito das ciências criminais, a observação dos dados estatísticos são instrumentos imprescindíveis para compreender parte da criminalidade que não chega às instâncias penais, as estatísticas criminais servem para fundamentar as políticas de segurança pública. O grande impasse se dá pelo fato de que os dados acerca da criminalidade podem não demonstrar a realidade, justamente em função do fenômeno das “Cifras Ocultas”, “Cifra Negra do Crime” ou “Cifra Oculta da Criminalidade”. Os estudos existentes no que tange a este fenômeno, se desenvolveram a partir da atual necessidade de o Estado compreender a forma como os delitos chegam às agências de controle, e com isso, realizar um direcionamento e melhor atuação preventivamente ou repressivamente em relação à criminalidade. A presente artigo analisará a ocorrência das Cifras Ocultas no contexto dos Crimes Contra a Liberdade Sexual, observando os Características desses Crimes e o perfil vitimológico além da observação dos números do Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

Anuário de Segurança Pública. Ainda, será aprofundado o principal problema acerca da alteração da ação penal pública condicionada para incondicionada nos crimes sexuais. Por fim apresentará possíveis medidas para afastar a possibilidade de revitimização durante o processo penal nos crimes contra a liberdade sexual.

Palavras-chave: cifras ocultas; criminologia; crimes sexuais; revitimização.

PRINCÍPIOS DE FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL EM AS LEIS, DE PLATÃO

Renan Constantino Colli

Resumo

O presente artigo analisa o diálogo *As Leis*, do filósofo ateniense Platão, a fim de identificar os principais fundamentos sobre os quais uma cidade-estado grega, enquanto unidade nacional, deveria constituir-se. Para tanto, o trabalho divide-se em duas partes argumentativas: Primeiramente, busca-se identificar a pólis enquanto unidade básica, ainda que primitiva, daquilo que posteriormente se entenderia como Estado. Embora isso não tenha se demonstrado possível através de definições tradicionais de Estado enquanto território-povo-soberania, a definição de Max Weber de Estado como entidade dotada do monopólio legal da violência mostra-se adequada para caracterizar sociedades em momentos históricos nos quais as noções de fronteiras geográficas não eram tão proeminentes quanto as da modernidade. Posteriormente, através da pesquisa bibliográfica a artigos e comentários especializados na obra de Platão em geral e *As Leis* em específico, pode-se identificar que existem duas bases constitucionais principais para a formação estatal na obra: A observância da lei escrita e o exercício da moderação (temperança) tanto como fundamento da ação estatal quanto da reação esperada de cada indivíduo. Muito embora o conceito de temperança seja amplo e a observância da lei positivada sejam assuntos que Platão aborda em outros de seus tratados, e, portanto, uma análise mais complexa de seus significados fuja ao escopo deste artigo, identifica-se em *As Leis* a construção de uma sociedade voltada para o aperfeiçoamento de diversas virtudes que apenas podem ser alcançadas com sucesso mediante o exercício da obediência às leis da cidade e ao exercício da moderação na condução da vida privada.

Palavras-chave: fundamentos constitucionais; temperança; virtude; lei; Platão.

RACISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A CRIAÇÃO DA LEI DO RACISMO

Saul Dorval da Silva Filho

Resumo

O combate ao racismo é dever de todo brasileiro e está previsto no ordenamento jurídico pátrio como forma de garantia aos bens jurídicos individuais, invioláveis, da igualdade e da dignidade da pessoa humana. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Como objetivo geral, este artigo, investiga os conceitos de Política do Branqueamento, Mito da Democracia Racial e Racismo Estrutural e os contrapõe às condutas tipificadas no Projeto de Lei Nº 668 de 1988. No objetivo específico, estabelece uma

Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

breve discussão histórica e social sobre o pré e pós abolição da escravatura no Brasil; investiga a políticas estatais; investiga a teoria do “Mito da Democracia Racial”; investiga a teoria do Racismo Estrutural. Analisa os discursos que justificaram a criação da Lei 7.716/89; analisa o Texto do Projeto de Lei e as condutas ali tipificadas; responde se as condutas tipificadas se adequam ao conceito de racismo descrito pela doutrina. No método, realiza levantamento de dados e propõe um debate dialético entre as teorias elencadas e o texto do projeto de lei. Conclui que a “Lei do Racismo” é calcada sob preceitos doutrinários equivocados, tornando-se ineficiente ao tipificar o que é o racismo, figurando apenas como um paliativo legal e desconsiderando o caráter estrutural do racismo que assola o Brasil.

Palavras-chave: política do branqueamento; mito da democracia racial; combate ao racismo; racismo estrutural; lei do racismo.

CRIMES CIBERNÉTICOS: OS DESAFIOS DA IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DO DELITO EM FACE DA GUARDA DOS REGISTROS DE CONEXÃO

Wellyngton Pablo Alves Pedro

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar a legislação pátria sob a óptica da temática dos registros de conexão, a fim de evidenciar os desafios na identificação da autoria e materialidade dos crimes cibernéticos durante a fase persecutória. O problema da pesquisa é verificar se há ou não ausência de legislação que regulamente os tipos penais e os métodos investigativos de tais delitos. A resposta suscitou a hipótese, ora confirmada, de que a legislação brasileira é insuficiente para acompanhar o ritmo do avanço tecnológico em sua totalidade, o que ocasiona obstáculos para o direito agir sobre as condutas que afrontam a segurança jurídica no ambiente virtual. O método de abordagem foi utilizado o dedutivo. As dificuldades enfrentadas pela legislação brasileira e a legislação estrangeira compreendem a regulamentação sobre o uso da internet nos territórios soberanos e a obrigatoriedade legal de armazenamento dos registros de acesso e conexão à internet, vinculando tal deficiência a controvérsia do direito à privacidade e da restrição ao anonimato. A pesquisa possui relevância nas discussões contemporâneas, ao passo que delimita o caminho a ser percorrido pelo Estado brasileiro e para que possa acompanhar a velocidade da evolução tecnológica e as ofensas que surgem no meio informático.

Palavras-chave: crimes cibernéticos; registros de conexão; ausência de legislação; privacidade.

IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DA ATIVIDADE ESPECIAL EM COMUM APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL N° 103

Bruno Antonio Seguro

Resumo

A conversão da atividade especial em comum é um importante mecanismo que garante ao trabalhador uma compensação pelos esforços empreendidos em ambientes prejudiciais à sua saúde. Infelizmente, a vigência da Emenda Constitucional nº 103/19 resultou em uma perda significativa de direitos, incluindo a vedação da conversão da atividade especial em comum. No entanto, é possível questionar essa norma legal por meio de ações judiciais, o que torna essencial uma análise cuidadosa dos argumentos disponíveis. Nesse sentido, atualmente, a questão está em julgamento no Supremo Tribunal Federal Brasileiro por meio da AI 6309, que definirá os rumos da proteção previdenciária dos trabalhadores brasileiros nos próximos anos. Para tanto, este trabalho analisou a doutrina previdenciária brasileira e o posicionamento de diversas organizações, como sindicatos e institutos acadêmicos, que debateram e produziram teses sobre o tema. Verificou-se que a maioria dos argumentos sustenta a necessidade da declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos da E.C. 103/19 que vedam a conversão da atividade especial em comum.

Palavras-chave: previdência; aposentadoria; Direito.

APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE: REQUISITOS E A QUESTÃO CONTROVERTIDA DO CÁLCULO PÓS EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

Gessica Rodrigues Lira

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo conciso sobre o Instituto da Aposentadoria por Incapacidade Permanente, abordando seus requisitos e a questão controversa dos cálculos da renda mensal inicial do benefício após a Emenda Constitucional 103/2019. Para embasar nossa análise, utilizaremos as leis e doutrinas pertinentes ao assunto. A fim de evitar um enfoque vago e abrangente, iremos nos concentrar na identificação dos requisitos necessários para a concessão do benefício, bem como nos critérios relacionados à sua obtenção e à forma de cálculo do valor, considerando as mudanças trazidas pela reforma da previdência. Para alcançar uma compreensão simplificada do tema, abordaremos o estatuto dessa aposentadoria em particular, além de examinar outras doutrinas, leis e jurisprudências relevantes. Espera-se que este trabalho ofereça uma visão geral clara e objetiva sobre a Aposentadoria por Incapacidade Permanente, auxiliando no entendimento dos aspectos essenciais desse instituto previdenciário.

Palavras-chave: aposentadoria; incapacidade permanente; benefícios.

FALÊNCIA SINDICAL EM DECORRÊNCIA DA REFORMA TRABALHISTA

Marlete Terezinha Casani

Resumo

Este trabalho tem por objetivo abordar os inúmeros problemas, decorrente da Reforma Trabalhista, Lei. 13.467 de 2017, que fragilizou bastante as entidades sindicais, com a retirada da contribuição sindical obrigatória, que passou a ser facultativa, facultativa para sindicalizados. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

ou não sindicalizados , precisando de prévia e expressa autorização do empregado. Esclarecer também a nova posição do STF, pela Constitucionalidade da mensalidade assistencial. E com isso também fragilizou a classe trabalhadora, que perderam significativamente direitos adquiridos, precarizando o trabalho , expondo o trabalhador ,a diversos problemas , de saúde e segurança no trabalho, vez que ao diminuir o intervalo para descanso ou alimentação para 30 minutos , quando a Lei dispõem que deverá ser de no mínimo 1 hora para jornada acima de seis horas diárias, bem como o banco de horas, que expõem o trabalhador a uma carga horaria exaustiva sem que receba por essas horas, devendo folgar em outros dias .vem chamar a atenção do sindicato que devera desenvolver um trabalho de conscientização do trabalhador ,para a importância de se sindicalizar. Também faz um breve esclarecimento sobre o trabalho intermitente, que garante ao trabalhador registro em carteira, porém não garante trabalho diário. E por fim mostrar, que Reforma Trabalhista veio com a intenção de fragilizar o sindicato, com o intuito de obter vantagem sobre o trabalhador.

Palavras-chave: reforma trabalhista; falência sindical; convenção coletiva; dissídio coletivo.

PROVAS DIGITAIS NO PROCESSO TRABALHISTA: MITIGAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL?

Patricia Naomi Suguimati

Resumo

Nas últimas décadas, com o avanço da tecnologia, houve uma grande mudança no comportamento das pessoas que, espontaneamente ou impelidas pela necessidade de acessar algum serviço, passaram a compartilhar seus dados na internet. Nesse contexto é que se originaram as provas digitais. A possibilidade da apresentação de dados consistentes e confiáveis sobre fatos controversos surge como um contraponto objetivo às informações passadas por testemunhas arroladas pelas partes, solução tantas vezes criticada ao longo de toda a história da Justiça do Trabalho brasileira. Neste trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica com o objetivo de verificar a existência de um regramento pátrio acerca desse meio de prova, colacionar julgados sobre sua utilização na Justiça laboral e questionar sobre a mitigação do uso das provas testemunhais ante o surgimento dessa nova ferramenta probatória. Em que pese o uso de *prints* de conversas por aplicativo e correio eletrônico, bem como ilações baseadas em informações e fotos de redes sociais não sejam recentes, vislumbra-se que a maioria das discussões sobre o tema gira em torno da possibilidade de adulteração desse tipo de prova e o direito à privacidade. Destarte, percebe-se que as provas digitais possuem requisitos específicos para a sua validação processual e apenas surgem como mais uma ferramenta disponível às partes visando aumentar a qualidade das decisões judiciais. Assim, não se trata de abandonar a documentação em papel ou descartar a importância da prova testemunhal, mas sim, de utilizar os diferentes meios de maneira complementar a fim de esclarecer os fatos controvertidos em Juízo.

Palavras-chave: provas digitais; requisitos; justiça do trabalho; prova testemunhal.

A EVOLUÇÃO DOS BENEFÍCIOS NOS ACORDOS COLETIVOS DOS BANCÁRIOS DA REGIÃO DE CURITIBA

Resumo

O presente trabalho visa demonstrar a evolução das cláusulas dos acordos coletivos dos bancários de Curitiba e da região metropolitana, analisando pormenorizadamente as cláusulas que tiveram efeitos positivos ou negativos quando se trata do direito do trabalhador. Nesse contexto, aborda-se o conceito de convenção coletiva do trabalho desde a sua origem até a sua inserção na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação da Lei do Trabalho. Aduzindo assim, a negociação coletiva, o acordo coletivo, o dissídio coletivo e todas as demais cláusulas, enfatizando essa evolução, ao qual ela poderá ser benéfica ou não a partir da reforma trabalhista.

Palavras-chave: convenção coletiva de trabalho; acordo coletivo de trabalho; dissídio coletivo.

A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL E SUA EFICÁCIA - PROJETO DE LEI 6.204/2019

Juliana Hernandez Hoepers

Resumo

A partir das estatísticas atuais da Justiça brasileira divulgadas pelo Conselho Nacional de Justiça, torna-se evidente a dificuldade enfrentada na efetivação da tutela judicial executiva, um aspecto crucial para a realização dos direitos, conforme reconhecido pelo artigo 4º do Código de Processo Civil de 2015. Diante desse cenário, o direito brasileiro está repensando a tutela executiva judicial, seguindo a tendência observada no direito europeu, que busca incentivar e valorizar vias alternativas de tutela executiva. Isso envolve tanto a possibilidade de autotutela executiva, baseada na autonomia negocial das partes, como a adoção de mecanismos de "desjudicialização" da execução, nos quais a condução inicial do processo é transferida para agentes privados designados como agentes de execução. No entanto, é importante ressaltar que essa transferência não exclui a posterior possibilidade de controle judicial, a fim de garantir o acesso à justiça conforme previsto na Constituição. O objetivo deste estudo é, portanto, explorar e combinar essas duas vertentes de remédios ou tutelas executivas extrajudiciais para a realização dos direitos, com base em temas do direito comparado, incluindo a análise de iniciativas legislativas recentes, como o Projeto de Lei 6.204/2019, que está em tramitação no Congresso Nacional, como uma possível solução para o problema em questão.

Palavras-chave: desjudicialização; eficácia; execução civil; Projeto de Lei nº 6.204/2019.

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Tania Alves Machado

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar o cumprimento de sentença e execução de alimentos por meio de um estudo objetivo da aplicação de medidas alternativas

para cumprimento das obrigações de alimentar. O dever de alimentar nasce da relação familiar e visa garantir o mínimo para subsistência do dependente. Os alimentos podem ser considerados uma das matérias de maior importância e aplicação prática do Direito Civil. Dessa maneira, todos os esforços e procedimentos jurídicos cabíveis são pertinentes para sua efetiva garantia. Se o devedor deixar de cumprir com sua obrigação, a legislação oferece os meios coercitivos para obrigá-lo a cumpri-la. Para identificá-los e apresentá-los, foi utilizado o método dedutivo, de caráter exploratório, bibliográfico, documental e coleta de informações na legislação e na jurisprudência do tema, com análise de dados qualitativa. A forma mais rigorosa de se fazer cumprir o pagamento da dívida alimentar é a prisão civil, mas ela não tem como finalidade a restrição de liberdade do devedor, sendo apenas um meio coercitivo do cumprimento da obrigação. Por conta disso, foram analisadas no estudo as jurisprudências atuais, que vêm evoluindo e discutindo métodos de garantir o cumprimento da obrigação de alimentar e adotando medidas alternativas existentes na lei, como a penhora, a expropriação, a hipótese de cumulação, cadastros do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e o uso da tornozeleira eletrônica.

Palavras-chave: devedor de alimentos; execução de alimentos; ação de execução de alimentos.

O EMPREGO DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS COMO FORMA DE GARANTIR A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL

Yago Patrick Medeiros de Sousa

Resumo

Esta pesquisa tem como propósito central demonstrar a influência positiva do art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, na dinâmica dos inúmeros processos em tramitação nas unidades jurisdicionais espalhadas por todo o território nacional, notadamente aqueles que se encontram em fase de execução, a fim de que o bem da vida dessas ações judiciais possa ser alcançado, qual seja, a satisfação plena do direito da parte credora. As medidas atípicas são, sem dúvida, mecanismos aptos a contornar as falcatruas adotadas pelo executado, pois são meios indiretos de execução, ou seja, atuam na *psykhé* do devedor, pressionando-o a cumprir com a sua obrigação. Ademais, no curso desta pesquisa serão diferenciadas as modalidades previstas no aludido dispositivo legal, bem como será atestada a aplicabilidade nas execuções por quantia certa e contra a pessoa do devedor. Por fim, serão estabelecidos os limites e critérios de aplicação dos meios atípicos de execução, conforme o entendimento doutrinário e jurisprudencial.

Palavras-chave: execução; atipicidade; efetividade.

O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO PELO ESTADO: A RELAÇÃO ENTRE MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL

Aline Cristina Pimentel

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Estado e a interseção entre o mínimo existencial e a reserva do possível, no contexto do direito fundamental à saúde. A metodologia adotada baseou-se na revisão bibliográfica, análise de artigos científicos, decisões e jurisprudências dos tribunais superiores, além de referências na doutrina jurídica. A relevância do tema reside na crescente judicialização da saúde no Brasil, refletindo a busca por medicamentos de alto custo que não são prontamente fornecidos pelo Estado. A discussão se concentra na compreensão do direito à saúde como um direito fundamental social que demanda ação positiva do Estado. Destaca-se a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e o mínimo existencial como elementos norteadores. As problemáticas identificadas abrangem a insuficiência na prestação estatal da saúde, as limitações orçamentárias, bem como o papel do judiciário diante dos direitos fundamentais subjetivos. Os resultados deste estudo evidenciam a influência do princípio da dignidade da pessoa humana e a garantia do mínimo existencial nas decisões judiciais, além de apontar como a reserva do possível afeta a distribuição de medicamentos de alto custo. Assim, a pesquisa contribui para a reflexão sobre os desafios enfrentados na garantia efetiva do direito à saúde, oferecendo uma visão abrangente das questões jurídicas, sociais e éticas envolvidas.

Palavras-chave: direito à saúde; judicialização; medicamentos de alto custo; reserva do possível; dignidade humana.

A INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Bruno Cordeiro Santos

Resumo

O presente artigo propõe-se a realizar uma análise acerca da jurisprudência do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) na aplicação do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no âmbito das prefeituras do Estado do Paraná. Inicialmente, discorreu-se sobre o orçamento público e seus principais conceitos, e, a seguir, explanou-se a LRF e seus dispositivos pertinentes ao tema, principalmente o Restos a Pagar (RAP). Realizadas essas considerações, examinou-se a jurisprudência do TCE-PR no âmbito do art. 42 da LRF, investigando as metodologias empregadas por cada conselheiro no exame das contas nos exercícios de 2016 e 2020, traçando o perfil decisório de cada gabinete e da respectiva câmara. Nesta investigação, foi exposta a mudança do paradigma decisório ocorrido no Tribunal nos exercícios examinados, bem como as perspectivas para a futura mudança no entendimento da Corte a partir da revisão do Prejulgado 15. Para a pesquisa, foram escrutinados 798 acórdãos, dado que cada exercício possui 399 decisões, correspondentes aos 399 municípios. A partir do exame das metodologias aplicadas pelos gabinetes, identificou-se uma certa estabilidade nos critérios pelos conselheiros Ivens Zschoerper Linhares e Artagão de Mattos Leão, nos exercícios de 2016 e 2020, e Ivan Lelis Bonilha, em 2020. Dos demais, não é possível afirmar uma predominância de algum método de análise.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal; Artigo 42; prestações de contas; jurisprudência.

O ATIVISMO JUDICIAL NA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

Gabriela Turcatti Folle

Resumo

O presente artigo tem por objetivo a análise das decisões da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 e do Mandado de Injunção nº4733, que buscavam criminalizar as condutas homofóbicas e transfóbicas equiparando-as ao crime de racismo. Inicialmente, demonstrar-se-á o Princípio da Separação dos Poderes com seus fundamentos, bem como sua contextualização tanto no Constitucionalismo quanto no Neoconstitucionalismo, trazendo um panorama do ativismo judicial no Brasil. Após, analisar-se-á a não tipificação da conduta de homofobia e transfobia no ordenamento jurídico brasileiro. Em seguida, será analisado no que tange o julgado da ADO nº26 e do MI nº4733, com ênfase em uma possível afronta ao princípio da legalidade e ao princípio da separação dos poderes. Sob a ótica da Suprema Corte foram apresentados os votos dos Ministros, bem como sob a ótica Doutrinária foram demonstrados uma série de argumentos para a fundamentação sobre uma possível afronta cometida aos Princípios norteadores da Constituição.

Palavras-chave: Constituição; Supremo Tribunal Federal; ativismo judicial; criminalização da homofobia.

A SAÚDE MENTAL DO EMPREGADO EM HOME OFFICE

Beatriz Cantanhede Azevedo

Resumo

Com o aumento do trabalho a distância, especialmente durante a pandemia, a saúde mental dos empregados tem sido uma preocupação crescente. A falta de estruturação do tempo de trabalho no home office pode causar sensação de isolamento, ansiedade e estresse. A responsabilidade do empregador nesse contexto é garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro, incluindo a implementação de medidas para proteger a saúde mental dos seus funcionários. Em resumo, o empregador tem a responsabilidade de cuidar da saúde mental dos seus funcionários, independentemente do local de trabalho. Desta forma o objetivo deste trabalho se destina a compreender e discutir a saúde mental do empregado em home office, analisando assim algumas discussões em torno do tema, incluindo a responsabilidade do empregador e o direito a desconexão. A metodologia que será empregada para o desenvolvimento do trabalho será a bibliográfica, baseada em artigos de revista científica, trabalho de conclusão de curso, monografias, legislação e doutrina.

Palavras-chave: saúde mental; trabalho; responsabilidade; *home office*.

RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO VAZAMENTO DE DADOS DOS EMPREGADOS

Giovani Golin

Resumo

Com o início da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em 2018, começam as discussões sobre as questões que envolvem a segurança e proteção de dados. Desta maneira, busca-se entender se há responsabilidade civil das empresas sobre o vazamento de dados dos empregados. A escolha do tema em pauta, se deu, pelo interesse no entendimento da relação entre a Responsabilidade Civil e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do direito trabalhista, em virtude da atualidade das questões que envolvem a proteção de dados no meio virtual e também da interdisciplinaridade desta relação. A empresa deverá ser responsabilizada civilmente pelo vazamento de dados dos empregados? Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se para a abordagem do tema em questão o método hipotético dedutivo, para descortinar se há responsabilidade civil das empresas sobre o vazamento de dados dos empregados. Para tanto, a pesquisa ocorreu de forma exploratória, com análise lastreada em revisão bibliográfica, com a utilização de livros científicos, periódicos e legislação vigente.

Palavras-chave: responsabilidade civil; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais vazamento de dados dos empregados.

A ASCENSÃO DO TRABALHO ESCRAVO DOMÉSTICO NO BRASIL

Heleni Lourenço dos Santos

Resumo

No decorrer da história, pessoas foram subjugadas sob o pretexto de serem superiores umas às outras. Exemplo disso, foi a escravidão que perdurou por séculos no Brasil, em que se acreditava que a cor da pele era o fator principal que decidia quem iria ter dignidade ou não. O presente trabalho acadêmico tem por escopo apresentar que, infelizmente, o trabalho escravo não acabou com a assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel em 1888. A pesquisa deu foco no trabalho escravo doméstico, que atingia/atinge principalmente mulheres que, na grande maioria são negras. Por meio de uma metodologia dedutiva, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, observou-se que na contemporaneidade essa terrível prática ganhou força no período da pandemia causada pela covid-19, em um tempo que o Brasil era governado por uma administração tida como liberal e de fortes traços coloniais, no qual as políticas sociais estavam sempre em segundo plano.

Palavras-chave: escravo; doméstico; mulher negra; colonialidade.

A SUSPENSÃO INDEFINIDA DO CONTRATO DE TRABALHO DIANTE DA INCAPACIDADE LABORATIVA PERMANENTE

Leidilane Lino Santos

Resumo

O presente artigo aborda os principais pontos, que englobam os efeitos da suspensão indefinida do contrato de trabalho, quando comprovado que o trabalhador está total e permanentemente incapacitado para qualquer atividade laborativa. O estudo se destinou, a análise de possível Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 201-221, 2024

vedação de direitos e quais consequências a problemática resultam às partes envolvidas, no contexto tratado. Ainda, buscou-se elucidar através do método de pesquisas bibliográficas, posicionamentos doutrinários e jurisprudência, as minúcias quanto ao limbo jurídico provocado por esse tema e quais são as justificativas para manutenção da suspensão do contrato de trabalho, mesmo diante da comprovação de que o trabalhador está permanentemente incapacitado para desenvolver qualquer atividade laboral. Sendo a questão abordada de extrema relevância no contexto social, que abrange questões do ramo do direito do trabalho e do direito previdenciário.

Palavras-chave: suspensão do contrato de trabalho; incapacidade permanente; limbo jurídico.

AS MULHERES NEGRAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS POSSUEM FÁCIL ACESSO À APOSENTADORIA POR IDADE?

Marici Ventura Seles

Resumo

O presente artigo decorre de pesquisa com abordagem de revisão sistemática literária e quantitativa da qual apresentou o contexto do trabalho doméstico no Brasil, conceito de empregada doméstica e sua relação com a interseccionalidade e racismo estrutural, o direito fundamental à aposentadoria, legislação e acesso das mulheres negras empregadas domésticas à aposentadoria, as vítimas de um sistema escravocrata: empregadas domésticas sem aposentadoria, Dona Laudelina exemplo de luta e conquistas dos direitos das Empregadas Domésticas. Além de analisar e promover a reflexão sobre existir uma falta de acesso das mulheres negras à aposentadoria. Para mais mostrar a limitação de acesso à justiça às mulheres negras em seu aspecto formal e material do Direito. Será adotada a abordagem interseccional e histórica. Por fim, a pesquisa destaca a importância do reconhecimento da existência do racismo, sexismo e classicismo, bem como a necessidade de as instituições combaterem as mais diversas formas de opressão, a fim de alcançar a igualdade material prevista na Constituição Federal como Princípio, com o acesso ao direito à aposentadoria.

Palavras-chave: interseccional; aposentadoria; mulher negra; empregada doméstica.

ACIDENTE DE TRABALHO E SEUS IMPACTOS

Marly Marico Ogido

Resumo

O presente trabalho analisa o acidente do trabalho e os impactos por ele ocasionados, tema de máxima importância haja vista a necessidade de proteger a saúde e a vida dos trabalhadores que representam a maior massa de mão-de-obra nacional, sem os quais, a maior parte das indústrias e empresas não sobreviveria. Este, portanto, é o tema do primeiro capítulo. No capítulo seguinte apresentou-se dados relativos à ocorrência dos acidentes de trabalho, o que permitiu mensurá-los e assim, conferir a base necessária para tratar dos impactos dele decorrentes. Estes impactos foram objeto de estudo do último capítulo, quando foram demonstradas as consequências do acidente de trabalho para o trabalhador, para o empregador e para o Estado.

Palavras-chave: acidente do trabalho; impactos; saúde e vida do trabalhador.

A PEJOTIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

Monika Caetano

Resumo

O presente artigo analisa o fenômeno da pejotização no direito do trabalho após a reforma trabalhista de 2017, delimitando o vínculo empregatício e identificando os limites entre terceirização e pejotização. A pejotização é uma fraude trabalhista utilizada pelas empresas para reduzir os encargos, prometendo a seus contratados um aumento significativo na remuneração. O empregador obriga o trabalhador a constituir pessoa jurídica, assim ele não realiza um contrato trabalhista, mas sim um contrato civil ou comercial, sem vínculo empregatício. Com esse contrato, o trabalhador não estará protegido pelas leis trabalhistas e não terá direito a horas extras, intervalos remunerados, férias, décimo-terceiro salário, direitos previdenciários, entre outros benefícios. Portanto, é pertinente a análise dessa fraude, a fim de proteger os direitos dos trabalhadores. Para isso, fez-se necessário à pesquisa utilizar método dedutivo, por meio de revisão bibliográfica, e levantamento de dados por meio de pesquisas jurisprudenciais.

Palavras-chave: pejotização; terceirização; flexibilização; fraude trabalhista.

CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO: UMA LIVRE MANIFESTAÇÃO DE NECESSIDADE, SUBORDINAÇÃO E MOROSIDADE DO ESTADO NA ENTREGA DA TUTELA JURISDICIONAL

Thiago Busch

Resumo

A conciliação está presente na Justiça do Trabalho desde seus primórdios e, quando comparados com os índices de acordos firmados na Justiça Comum, encontra-se muito superior, fato este que precisa ser analisado sob aspectos peculiares da especialidade trabalhista. Este trabalho, utilizando-se da metodologia quali-quantitativa e das técnicas de revisão de literatura e levantamento de dados, propõe abordar de maneira crítica a conciliação na Justiça do Trabalho. Na primeira parte do trabalho, aborda-se a conciliação e seus princípios, bem como se apresenta um breve histórico da conciliação na Justiça do Trabalho. Em seguida, analisa-se o fato de que, nas relações laborais, há elementos como a necessidade do obreiro, que contrasta com o princípio da autonomia privada, requisito essencial para uma manifestação livre do desejo de acordar, e a existência de dissonância entre a urgência do direito de natureza alimentar com a morosidade do Poder Judiciário. Também se questiona a discrepância existente entre as partes em uma audiência trabalhista, no sentido de desigualdade entre trabalhador e empregador, que remete ao conceito de Conciliação Repressiva, quando uma parte aceita o acordo porque não tem alternativa. Por fim, no aspecto psicológico, aborda-se a subordinação, que se manifesta não somente do aspecto jurídico, mas em seu âmago, faz emergir uma verdadeira submissão, que não somente permeia as relações de trabalho, mas infere diretamente na percepção da realidade pelo obreiro e sua disposição para se sujeitar ao poder do capital.

Palavras-chave: conciliação; direito do trabalho; subordinação; necessidade; morosidade; conciliação repressiva; submissão.

A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL: O MEDO A FAVOR DAS RELAÇÕES DE PODER

Gabrielle Gonçalves Veloso

Resumo

O presente trabalho busca compreender se a mídia, enquanto instância de controle social, difunde medos por meio do aparato jornalístico ao tratar do crime e como isso estaria relacionado aos valores de uma classe dominante. Para isso, inicia-se a análise, a partir da revisão bibliográfica, de conceitos que permeiam a teoria do *labelling approach* e demais abordagens relacionadas a este que permitem compreender o crime e o comportamento desviante enquanto construção social, produzido a partir dos próprios mecanismos de controle e da reação social. Assim, segue-se para a análise do medo abstrato que ronda e estampa os noticiários, ganhando validade pois influencia a formação da opinião pública que adere ao discurso disseminado de forma espetacular, formado a partir de atos tidos como desviantes. Por fim, relaciona-se este fenômeno da instrumentalização do medo na criação de fantasmas aos interesses de uma elite que busca garantir a preservação do *status quo* que a favorece, o que pode ser verificado a partir da simplificação do debate público e das possíveis soluções para o aparente problema da explosão da criminalidade.

Palavras-chave: controle social; discurso midiático; *labeling approach*.